



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE BIOLOGIA
CURSO DE LICENCIATURA E BACHARELADO EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

HELIENE MOTA PEREIRA

**PERCEPÇÃO DOS MORADORES SOBRE AS ATIVIDADES DO PROJETO PEIXE-
BOI E DA APA DO RIO MAMANGUAPE, PB**

CAMPINA GRANDE – PB

2012

HELIENE MOTA PEREIRA

PERCEPÇÃO DOS MORADORES SOBRE AS ATIVIDADES DO PROJETO PEIXE-BOI E DA APA DO RIO MAMANGUAPE, PB

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura e Bacharelado em Ciências Biológicas da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Bacharel/Licenciado em Ciências Biológicas.

Orientador (a): José da Silva Mourão

CAMPINA GRANDE – PB

2012

P436p

Pereira, Helene Mota.

Percepção dos moradores sobre as atividades do projeto peixe-boi e da APA do Rio Mamanguape, PB [manuscrito] / Helene Mota Pereira. – 2012.

34 f. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biologia) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, 2012.

“Orientação: Prof. Dr. José da Silva Mourão, Departamento de Biologia”

1. Preservação ambiental. 2. Fauna paraibana. I. Título.

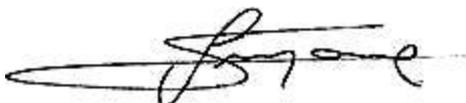
21. ed. CDD 577.7

HELIENE MOTA PEREIRA

PERCEPÇÃO DOS MORADORES SOBRE AS ATIVIDADES DO PROJETO PEIXE-BOI E DA APA DO RIO MAMANGUAPE, PB

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura e Bacharelado em Ciências Biológicas da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Bacharel/Licenciado em Ciências Biológicas.

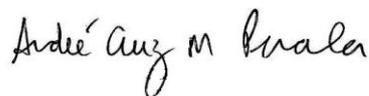
Aprovada em: 19 /06/ 2012



Prof. Dr. José da Silva Mourão/ UEPB
Orientador



Prof. Dr. Rômulo Romeu da Nóbrega Alves/ UEPB
Examinador



Prof. Dr. André Luiz Machado Pessanha. / UEPB
Examinador

PERCEPÇÃO DOS MORADORES SOBRE AS ATIVIDADES DO PROJETO PEIXE-BOI E DA APA DO RIO MAMANGUAPE, PB

PEREIRA, Heliene Mota¹, MOURÃO, José da Silva²

RESUMO

O Projeto Peixe-boi desempenha atividades que podem servir como alternativas para gerar emprego e renda e manter a preservação ambiental da localidade. Esse estudo foi realizado com os moradores de Barra de Mamanguape, localizada no município de Rio Tinto, às margens do estuário do rio Mamanguape-PB, inserida na Área de Proteção Ambiental do rio homônimo, e teve como principal objetivo estudar a percepção dos moradores em relação as atividades do Projeto Peixe-boi e da APA. A amostragem foi não-aleatória intencional, em que foram pré-definidos os entrevistados, em função de ser morador do local ou possuir algum vínculo de trabalho no projeto. Os trabalhos de campo ocorreram durante o mês de fevereiro de 2012. Foram realizadas entrevistas livres e semi-estruturadas com 28 moradores (N=28), incluindo funcionários do projeto e a atual administração do PPB. A partir das entrevistas livres não estruturadas, foram realizadas entrevistas estruturadas, visando obter dados sobre a percepção do mesmo e quando for o caso, comparando com a literatura. Segundo os entrevistados, o Projeto além de gerar renda pra comunidade ainda valoriza a localidade, entretanto, é fundamental que a comunidade receptora participe do processo de desenvolvimento. Os entrevistados também citaram mudanças quanto à implantação da APA na área com relação às restrições impositivas dos recursos geradas, e atribuíram importância aos casos em que manteve-se a preservação do local. A percepção dos moradores sobre o Projeto Peixe-boi e a APA é necessária para compreender como eles estão inseridos nas mesmas, e, desta forma contribuir para que os Projetos de conservação em Unidades de conservação possam buscar meios de fazer parcerias com as comunidades que residem no interior dessas UC e no entorno.

Palavras-chave: Percepção. Projeto Peixe-boi. Comunidade.

¹Heliene Mota Pereira. Graduanda do Curso de Ciências Biológicas da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. Email: heliene_mota@hotmail.com

² Prof. Dr. José da Silva Mourão. Email: tramataia@gmail.com

**PERCEPTION OF RESIDENTS ON THE ACTIVITIES OF THE MANATEE
PROJECT AND THE MAMANGUAPE RIVER's APA , PB**

PEREIRA, Heliene Mota¹; MOURÃO, José da Silva²

ABSTRACT

The Manatee Project performs activities that function as alternatives to generate employment and income and maintain the environmental preservation of the town. This study was conducted with residents of Mamanguape Barra, located in Rio Tinto, on the banks of the river estuary Mamanguape-PB, inserted into the Environmental Protection Area of the homonymous river, and had as main objective to study the perception of residents in regarding the activities of the Project Manatee and the APA. The sampling was non-random intentional, which the respondents were predefined according to be local resident or have some type of employment in the project. The field work happened during the month of February 2012. Interviews were conducted free and semi-structured interviews with 28 residents (N = 28), including project staff and the current administration of the PPB. From the free unstructured interviews, structured interviews were conducted in order to obtain data on the perception of it and where appropriate comparing with the literature. According to respondents, besides generating income for the community, the project still values the location, however, it is essential that the host community participates in the development process. The respondents also cited changes as to implantation of APA at the area with relation to imposing restrictions resources generated, and they attributed importance where the local preservation was maintained. The perception of residents about the Manatee Project and the APA is required to understand how they are inserted in them, and thus contribute to the conservation projects in conservation units may seek ways to partner with communities residing in within these UC and surrounding areas.

Key words: Perception. The Manatee Project. Community.

¹Heliene Mota Pereira. Graduanda do Curso de Ciências Biológicas da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. Email: heliene_mota@hotmail.com

² Prof. Dr. José da Silva Mourão. Email: tramataia@gmail.com

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
1.1 Histórico do processo de criação do Projeto Peixe-boi.....	7
1.2 Criação da UC x Conflitos existentes em áreas protegidas.....	9
2. METODOLOGIA.....	11
2.1 Caracterização da área de estudo.....	11
2.2 Caracterização da população alvo do estudo.....	13
2.3 Procedimentos metodológicos.....	13
2.4 Coleta de dados.....	14
2.5 Análise dos dados.....	14
3. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	15
3.1 Perfil dos entrevistados quanto a idade e profissão.....	14
3.2 Percepção dos aspectos positivos e negativos sobre o PPB.....	16
3.3 Relação da comunidade com o Projeto Peixe-boi.....	20
3.4 Percepção dos moradores quanto ao que é uma APA.....	23
3.5 Conflitos entre os moradores e a Administração da APA e do PPB.....	24
3.6 Percepção local sobre as vantagens e desvantagens de uma APA.....	26
4. CONCLUSÃO.....	29
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	30

1. INTRODUÇÃO

A Percepção é um processo mental de interação do indivíduo com o meio ambiente, e o contato direto contínuo e prolongado com uma paisagem, espaço ou lugar, transforma as percepções individuais em importantes determinantes na avaliação de meios ambientes passados, presentes e futuros. Assim, a percepção é um ato em que o sujeito está presente em todas as dimensões: cognitivas (aquisição de conhecimento), afetivas, sensoriais, culturais, (BUTZKE, 1997).

A esfera cognitiva é o campo do conhecimento onde a pessoa recebe as informações básicas sobre os temas que estão sendo trabalhados, sobre a área natural e o mundo construído pelo ser humano, pois é através da esfera afetiva, que a pessoa se sensibiliza, para agir em favor do ambiente e de um mundo sustentável (ROCHA, 1998). O estudo da percepção ambiental serve de base para a melhor compreensão das inter-relações entre o homem e o ambiente, suas expectativas, satisfações e insatisfações, julgamentos e condutas (ZAMPIERON *et al.*, 2003).

As comunidades tradicionais possuem conhecimentos antigos e identidades que devem ser respeitadas e incentivadas através da inserção destas nos projetos para a conservação dos recursos naturais. Além de que, ao serem ouvidas, seus conhecimentos passam a ser percebidos e utilizados através da proteção da biodiversidade, para a manutenção dos processos ecológicos e para o desenvolvimento de estratégias de uso sustentável dos recursos naturais (BERKES *et al.*, 1997; e VIANA, 2000).

Neste sentido, as percepções, conhecimentos e apropriação dos recursos, podem e fornecem subsídios para o desenvolvimento de medidas de conservação e manejo dos recursos naturais, além de fornecer novos dados biológicos e ecológicos (JOHANNES *et al.*, 2000; SILVANO *et al.*, 2008). Nesta perspectiva, as informações sobre o peixe-boi marinho (*Trichechus manatus* Linnaeus, 1758) advêm de registros históricos e principalmente de relatos de pescadores, sobre a ocorrência de grupos de indivíduos (ALBUQUERQUE, MARCOVALDI, 1982), na costa nordestina, onde foram registradas informações valiosas sobre essa espécie (BOROBIA; LODI, 1986, SILVA *et.al.*, 1992) e a partir dessas informações prévias, ficou evidente a necessidade de um estudo mais aprofundado sobre a conservação da espécie, que culminou com a criação do Projeto Peixe-Boi.

1.1. Histórico do processo de criação do Projeto Peixe-Boi Marinho

O Brasil tem o privilégio de possuir em suas águas jurisdicionais duas das quatro espécies da Ordem Sirenia, o peixe-boi marinho (*Trichechus manatus* Linnaeus, 1758) e o peixe-boi amazônico (*Trichechus inunguis* Natterer, 1883). Ambas as espécies estão sob ameaça de extinção e até o início da década de oitenta não havia esforços institucionais para à pesquisa e à conservação dos Sirênios no Brasil (LIMA, 1997).

Best (1982) relata que Padre José de Anchieta, em 1560, fez uma das descrições mais antigas do peixe-boi no Brasil, onde relaciona muito bem algumas características particulares da espécie de peixe-boi marinho na costa brasileira: "... é de compleição maior do que um boi, coberto por uma pele dura, de cor semelhante à do elefante; ...". Ferreira (1903), relata que em 1786 o peixe-boi era utilizado como alimento "para a gente de trabalho", pois salgado era levado pelos ribeirinhos para o trabalho, como uma marmita. E ainda refere-se a utilização da banha do peixe-boi misturada com breu para calafetar as canoas. Lima (1997), afirma que a caça do peixe-boi marinho no litoral nordestino foi um hábito descendente de indígenas, desde antes da colonização, e que nesta região praticamente não existe mais a caça predatória. O último registro de caça do peixe-boi marinho com arpão no litoral nordestino ocorreu no ano de 1987, em Barra de Mamanguape (Paludo, 1997).

Segundo Couto *et al.* (2003) a conservação dos ambientes marinhos brasileiros começou apenas nos anos oitenta, com o estabelecimento de várias unidades de conservação marinha. Nos anos anteriores as políticas de conservação brasileiras eram baseadas na tese de que, somente com a exclusão do homem, seria possível proteger os recursos naturais, o que promoveu a criação de parques e reservas biológicas totalmente isoladas, sem qualquer atividade humana. Para se diferenciarem dessa visão biocêntrica surgiram alguns dos projetos mais importantes de conservação, que foram: Projeto Tartarugas Marinhas (TAMAR), Projeto Peixe-Boi marinho (*Trichechus manatus*), Projeto Baleia Jubarte (*Megaptera novaeangliae*) e Projeto Golfinho Rotador (*Stenella longirostris*), que foram buscar desde o início, a necessária ajuda dos pescadores para a realização do trabalho e estabelecendo uma relação de troca que se fortaleceu cada vez mais.

O Projeto Peixe-Boi Marinho foi criado e implantado na década de 1980, pelo extinto Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), na foz do estuário do rio Mamanguape, sob o comando do oceanólogo Catuetê de Albuquerque e colaboradores. O projeto tinha como objetivo, conservar a integridade das populações existentes, investindo esforços em campanhas de sensibilização nas áreas de ocorrência da espécie. Como também

reduzir a mortalidade, reabilitar filhotes órfãos que encalhavam nas praias do litoral nordestino, devido as fortes pressões e riscos de extinção sofridos pela espécie, causada diretamente pelo homem (SOAVINSKI et. al, 1988; PALUDO, 1997).

Em 1987, o Projeto Peixe-boi (PPB) passou por um redirecionamento, que culminou com a criação da Fundação Mamíferos Marinhos (FMM), em novembro de 1989, (FMA, 2003). Posteriormente, com a criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – (IBAMA), foi fundado em 1990, em Itamaracá, Pernambuco o Centro Nacional de Conservação e Manejo de Sirênios – Centro Peixe-boi, visando à ampliação de pesquisas e com base na necessidade de uma estrutura física para reabilitação de filhotes órfãos (LUNA, 2001). Nesse mesmo período foi criada a Área de Proteção Ambiental da Barra do Rio Mamanguape, atualmente administrada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

O Centro Peixe-Boi tem por finalidade executar estudos e pesquisas relacionadas ao manejo e preservação do peixe-boi marinho e amazônico. Para tanto, desenvolve uma metodologia de estudos de comportamento das espécies em ambiente natural e em cativeiro, campanhas de conscientização, levantamentos da ocorrência e distribuição e promove o controle das zonas de alimentação e reprodução destes animais. Atualmente, o Projeto Peixe-Boi vem realizando estudos para determinar a frequência de ocorrência da espécie, áreas de uso preferencial, características de seu habitat e caracterizar atividades humanas que causam impacto sobre as populações e seu habitat.

Neste sentido, desde a criação do Projeto Peixe-Boi, foram resgatados cerca de 35 peixes-bois, salvos de cativeiros inadequados ou vítimas de encalhes. Estes números são bastante expressivos, considerando que a espécie contabiliza o alarmante número de cerca de 500 animais em vida livre na costa brasileira, o que faz do peixe-boi marinho o mamífero aquático brasileiro mais ameaçado de extinção.

O Projeto Peixe-Boi, além dos estados da Paraíba e Pernambuco, possuem bases de apoio nos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Piauí e Alagoas. Essas bases têm como objetivo de fornecer instalações adequadas para o tratamento, em curto prazo, de filhotes recém-nascidos encalhados com vida no litoral. Os filhotes recebem tratamento intensivo e alimentação adequada até que estejam aptos a serem transferidos para estruturas de reabilitação em longo prazo mantidas pelo CMA/ICMBio, em Itamaracá, pois, a área compreendida entre Ceará e Rio Grande do Norte é recordista nacional em encalhes de filhotes órfãos da espécie, sendo considerada prioritária para a conservação do peixe-boi no país. Além disso, tem como objetivo desenvolver trabalhos para determinar áreas prioritárias

para a conservação do peixe-boi marinho no Brasil, e está envolvida na criação de Unidades de Conservação no Nordeste, visando evitar a extinção da espécie no Brasil (Centro de Mamíferos Aquáticos/ICMBio, 2008).

1.2. Criação da Unidade de conservação x Conflitos existentes em Áreas Protegidas

A criação de espaços protegidos tem funcionado como tática para a conservação da biodiversidade em nível mundial, sobretudo frente ao crescente processo de ocupação e da exploração dos recursos naturais característicos do mundo moderno. Como consequência, tem-se que a partir da segunda metade do século XX, levantou-se uma consciência em torno da questão ambiental que culminou com a regulamentação do uso dos recursos naturais, na tentativa de protegê-los. A criação de áreas protegidas tem sido um dos principais elementos de estratégia para conservação da natureza, em particular nos países em desenvolvimento (FARIA, 1997; DIEGUES, 2000; ABARKELI, 2001; MMA, 2003).

Segundo Vianna *et al.* (2004) apud Brito (2003) e Fenny *et al.* (2001) muitos dos problemas existentes entre população e conservação da natureza advém da criação das unidades de conservação através da ideia de oposição entre homem e natureza, principalmente das que vivem no interior destas unidades.

Para Milano (2000), no Brasil, a criação por força de lei de parques, estações ecológicas e outras áreas naturais protegidas, não tem conseguido solucionar os problemas decorrentes das pressões antrópicas, como desmatamentos, invasões, extração de produtos naturais, caça, pesca, expansão das atividades agrícolas e industriais, entre outras, que comprometem a conservação dos recursos naturais e culturais dessas áreas. Scherer (2003), diz que é necessário impor regras de usos aos usuários dos recursos naturais, pois, a oferta dos recursos naturais não satisfaz a demanda. Segundo Wells e Brandon (1992) estas ações tem sido relacionadas à falta de oportunidade aliada à pobreza das populações do entorno, bem como à ausência de apoio público na criação e manutenção das mesmas, e a escassa participação pública na administração e manejo dos seus recursos naturais.

Nessa perspectiva, Marenzi (2002) diz que uma das formas para resolver os conflitos existentes entre administradores de unidades de conservação e comunidades tradicionais é o desenvolvimento de processos participativos (manejo participativo ou compartilhado), onde trabalhos são desenvolvidos em conjunto com os administradores e comunidades tradicionais,

contribuindo assim, para uma maior aproximação e cooperação entre ambos. É essencial estabelecer mecanismos que permitam essa participação, desde a definição do objeto da gestão até a execução das atividades de monitoramento e fiscalização, passando pelos processos de licenciamento e pelos critérios e limites a serem adotados. Para a efetivação dessa participação, é preciso que as informações derivadas do exercício da gestão possam ser adaptadas aos diferentes públicos a que se destinam, criando as condições de comunicação necessárias ao entendimento dos meios e dos objetivos da gestão pretendida (BEZERRA; MUNHOZ, 2000).

Segundo Moreira (2008) o processo de criação da APA da Barra do Rio Mamanguape foi uma iniciativa de técnicos do IBAMA. Durante a fase de sua criação, técnicos do Projeto Peixe-Boi Marinho procuraram o apoio da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários (PRAC) da UFPB através do extensionista Emanuel Falcão, tendo em vista obter o esclarecimento e a adesão das comunidades residentes na área. Desta forma, a criação da área garantiu a conservação do habitat e a proteção do Peixe-boi marinho (*Trichechus manatus*). O principal objetivo da criação da APA da Barra do Rio Mamanguape foi garantir a conservação do habitat e a proteção do Peixe-Boi Marinho e juntamente aliaram-se outros objetivos, como por exemplo, propiciar o avanço da qualidade de vida das populações residentes da área com atividades econômicas locais, promover educação ambiental para essas populações, para que venha se culminar a conservação da flora e dos recursos hídricos.

Atualmente, o Projeto Peixe-boi, realiza uma série de trabalhos de manejo, reintrodução e pesquisas. Além disso, proporciona a comunidade de Barra de Mamanguape e adjacências, novas possibilidades de obtenção de renda, aliadas ao processo de conservação do peixe-boi marinho. Esse tipo de atividade apresenta uma determinada procura por parte dos turistas, principalmente aqueles interessados em turismo de observação da natureza. Neste sentido, as atividades desempenhadas pelo Projeto funcionam como uma interessante alternativa para o desenvolvimento da comunidade, proporcionando e auxiliando na conservação do peixe-boi e ecossistemas adjacentes. Para Fisher e Young (2007) os projetos de conservação para obtenção de sucesso devem valorizar a imagem do animal frente à comunidade local, principalmente no caso de espécies ameaçadas de extinção. Além disso, poderá recuperar ou trazer valores para as culturas, na conservação dos recursos naturais.

Neste contexto, a presente pesquisa teve como objetivo geral, realizar um estudo sobre a percepção da comunidade de Barra de Mamanguape sobre o Projeto Peixe-boi e a Área de Proteção Ambiental da Barra do Rio Mamanguape - APA.

2. METODOLOGIA

2.1. Caracterização da Área de estudo

A sede do Projeto Peixe-Boi está localizado na Área de Proteção Ambiental da Barra do Rio Mamanguape (APA de Mamanguape), cuja é uma Unidade de Conservação de uso sustentável localizada na mesorregião da zona da mata, litoral norte do estado da Paraíba, a cerca de 80 km da cidade de João Pessoa, entre as coordenadas geográficas de 6°45' a 6° 50'S e 34°56' a 35°0S'W. Está inserida nos municípios de Rio Tinto, Marcação, Baía da Traição e Lucena, ocupando uma área total de 14.460 ha. Limita-se ao norte com os municípios de Marcação e Baía da Traição, ao oeste com o município de Rio Tinto, ao sul com o município de Lucena e ao leste com o Oceano Atlântico (MOURÃO; NORDI, 2002; OLIVEIRA, 2003). Essa área foi criada em 10 de setembro de 1993 pelo Decreto Federal nº 924, com o objetivo de proteger os ecossistemas costeiros e a população de peixes-boi marinhos (*Trichechus manatus manatus*), mamífero aquático considerado criticamente ameaçado, segundo a lista brasileira da fauna ameaçada de extinção (MACHADO *et al.*, 2008), e classificado vulnerável de acordo com International Union Conservation Nature - IUCN (DEUTSCH *et al.*, 2008). Além disso, é uma importante área do Nordeste brasileiro, principal local de ocorrência, reprodução e alimentação. Compreende diversos ecossistemas: arrecifes costeiros, dunas, falésias, restinga, lagunas, estuários, manguezais e remanescentes da Mata Atlântica, além de outros biomas julgados de fundamental importância para a preservação, como a maior área de manguezal conservado do estado da Paraíba.

O complexo estuário-manguezal do rio Mamanguape (Figuras 1 e 2), é o principal e mais importante do estado da Paraíba. A área de manguezal ocupa aproximadamente cerca de 6.000 hectares de mangue, ilhas, croas (bancos areno-lodosos) e camboas (tributários do rio principal) (PALUDO; KLONOWSKI, 1999). Além do rio Mamanguape, (Figura 1) há dois estuários menores: o rio Estiva, que desemboca em Barra de Mamanguape, e o rio Miriri, que desemboca na praia do Oitero. Na foz, forma-se uma baía com 6 quilômetros de largura quase fechada por uma linha de arrecifes costeiros de formação quaternária. Existem duas saídas principais “barretas”, passagem da água que sai do rio e entra do mar, por onde passam as embarcações, os peixes, peixes-boi e outros organismos que frequentam o estuário. A condição de baía protegida pelos arrecifes proporciona águas calmas e tranquilas permanentes. Essas características favorecem a reprodução e criação do peixe-boi marinho, motivo que tornou o estuário tão importante para o ciclo de vida desse mamífero (PALUDO;

KLONOWSKI, 1999). Além disso, a barreira de recife perpendicular à desembocadura do estuário forma um verdadeiro paredão que bloqueia a foz do estuário, numa extensão de 10 km² e largura aproximada de 30 metros e que, quando emerso, atinge uma altura aproximada de 3 metros (CARVALHO, 1982).

Dentro dos limites da APA, encontram-se a reserva indígena Potiguara, administrada pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), a base de pesquisa e manejo do Projeto Peixe-boi *Trichechus manatus*, do Centro de Mamíferos Aquáticos/ICMBio (RODRIGUES; ANTUNES, 2005), e diversas comunidades ribeirinhas, totalizando cerca de cinco mil famílias em 18 povoados. São constituídos basicamente por uma mistura racial dos elementos indígenas, negros e brancos que desenvolvem atividades extrativistas na área de entorno e no próprio rio Mamanguape. Praticamente não existe oferecimento de empregos nesta área, a não ser a mão de obra nas usinas de cana-de-açúcar, em épocas de colheitas.



Figura 1: Vista aérea parcial do Estuário do Rio Mamanguape. Foto: Dirceu Tortorello, 2008.

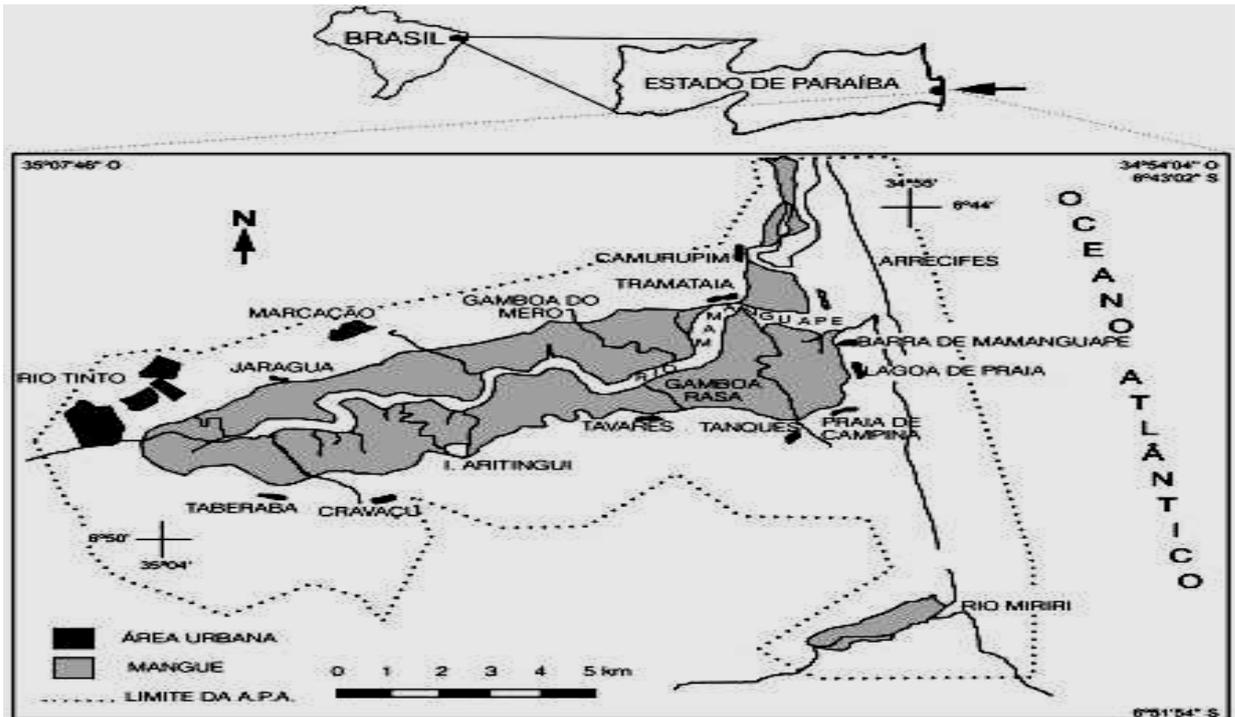


Figura 2: Mapa do Estuário do Rio Mamanguape – PB. Fonte: Paludo e Klonowski,1999.

2.2. Caracterização da população alvo de estudo

A escolha dessa comunidade foi feita levando-se em conta a proximidade da população com a sede do Projeto Peixe-Boi, situada, portanto neste local, e, inserida na Área de proteção ambiental do Rio Mamanguape. Tendo em vista que a base pioneira do Projeto Peixe-boi foi implantada primeiramente nesta localidade, temos que as maiores mudanças e impactos evidenciaram principalmente esta população. Para a realização do estudo também foi considerado o grau de envolvimento pesquisador/ nativos aí existentes. A pesquisa foi realizada com homens (n= 16) e mulheres (n=12) entre 19 e 70 anos. Outra escolha (aleatória) dos entrevistados na comunidade não seria tão eficiente, pois os indivíduos mais jovens normalmente não possuem conhecimento histórico sobre o Projeto Peixe-Boi e certamente não contribuiriam efetivamente com as mudanças que a pesquisa almeja descrever.

2.3. Procedimentos Metodológicos

Com base nos temas identificados, trabalhou-se com entrevista livres e semiestruturadas, em que o número de entrevista variou de acordo com os objetivos da pesquisa; A técnica de Bola de Neve (BAILEY, 1982), onde os potenciais entrevistados

(pessoas que são aptas para tratar do assunto em questão) são apontados pelos próprios membros da comunidade, e após cada entrevista é solicitado ao entrevistado que aponte outras pessoas. O principal critério de escolha da amostragem foi morar na comunidade de Barra de Mamanguape, ser funcionário do Projeto Peixe-Boi. Seguindo esses critérios, foram selecionados entrevistados com base nas indicações. As entrevistas foram gravadas, digitalizadas e transcritas com a máxima fidelidade possível. Uma mídia eletrônica contendo as gravações está arquivada no Departamento de Biologia da Universidade Estadual da Paraíba- UEPB. As entrevistas livres e/ou semiestruturadas com os moradores (Figura 3) abordaram sobre a percepção em relação aos fatores positivos e negativos do Projeto Peixe-Boi, e a Área de Proteção ambiental o qual está inserido.

2.4. Coleta de dados

O trabalho de campo foi realizado na comunidade de Barra de Mamanguape no período de fevereiro de 2012, onde residiu durante todo o mês. Durante o período de inserção em campo buscou-se valorizar a participação dos moradores como atores sociais e não apenas como sujeitos da pesquisa. Os dados foram inicialmente obtidos em encontros casuais e entrevistas não estruturadas com 28 moradores, sendo (16 homens e 12 mulheres). As entrevistas eram realizadas com o auxílio de uma mídia eletrônica, sempre com o consentimento do entrevistado para executá-la. Funcionários do Projeto Peixe-Boi residentes na APA foram mediadores dos primeiros contatos.

2.5. Análise dos dados

Os dados de caráter descritivo foram analisados e avaliados por método qualitativo. Para discussão dos resultados foram utilizados textos para a compreensão da percepção e suas implicações, bem como as perspectivas para futuros programas de gestão comunitária (Pomeroy *et al.*, 1997; Vieira, 1998; e Berkes, 1999). Nos dados de caráter quantitativo foram utilizados comandos simples na ferramenta do Excel, onde através dos dados dos entrevistados foi gerada a média, o desvio das idades e a distribuição percentual da avaliação do Projeto Peixe-Boi na perspectiva dos moradores.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1. Perfil dos entrevistados quanto à idade e profissão

Foram entrevistadas um total de 28 pessoas (Tabela 1), desses, apenas 2 não são moradores da comunidade estudada e, são vinculados ao Projeto Peixe-Boi, e os demais ocupam determinadas funções no Projeto Peixe Boi ou residem no local, caracterizando-se entre 3 guias-recepcionistas (responsáveis pela assistência e recepção das pessoas no centro de visitação) (Figura 4); 4 pescadores que trabalham como canoieiros, cujos, levam os turistas até o semicativeiro natural (cativeiro dentro de um rio) onde os animais se acostumam com o ambiente natural antes de serem soltos; 3 prestadores de serviço (vigilantes, pois a base conta com bens materiais e também para a segurança local; além do responsável pela observação dos animais em ponto fixo, funcionário terceirizado); 1 tratador de animais (responsável pela manutenção e cuidados diários do animal), 1 guia-turístico, 3 que realizam atividade ligada ao comércio (restaurante, pousada, e a Eco-oficina do peixe-boi onde as mulheres envolvidas trabalham na fabricação de bonecos de pelúcia do peixe-boi); 1 que atua na categoria de Serviços gerais (cuidando da limpeza da base); 1 monitor dos animais e os outros não estão associados ao projeto, 3 realizam atividades domésticas e 6 realizam outras atividades autônomas, sem ligação ao Projeto Peixe Boi. A faixa etária no geral mostrou que a idade variou de 4,89 %, com média de 41 anos.

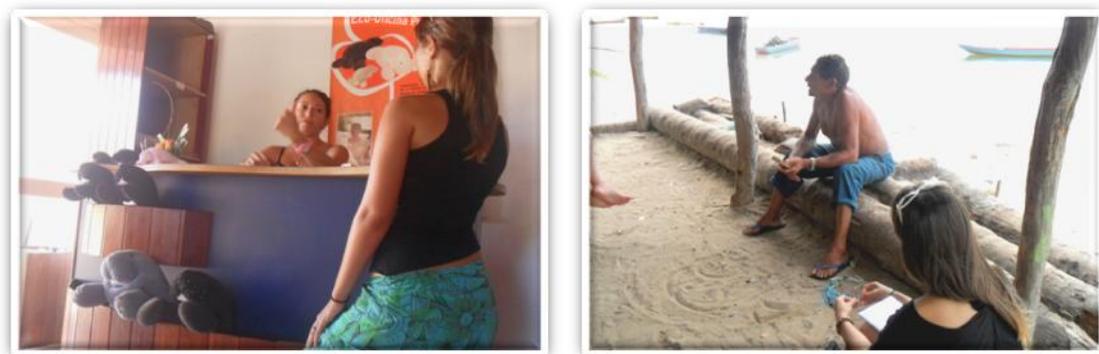


Figura 3: Registros durante a execução de entrevistas livres e semiestruturadas com moradores da comunidade alvo do estudo. 2012.

Tabela 1. Características socioeconômicas dos entrevistados (n = 28) na Barra de Mamanguape.

Variável	Categoria	Total
Sexo	Homens	16
	Mulheres	12
Ocupação	Comércio	3
	Serviços Gerais	1
	Pesca e/ou Canoeiros	4
	Turismo	1
	Gestores	2
	Atividades domésticas	3
	Guia-repcionista	3
	Prestação de serviços	3
	Tratadores de animais	1
	Monitor	1
	Outros	6

3.2. Percepção dos aspectos positivos e negativos sobre o Projeto Peixe-Boi

A percepção dos entrevistados (moradores, guias recepcionistas e de turismo, funcionários do projeto ou atuantes de outras atividades) (N=28), sobre o Projeto Peixe-Boi, foi classificada em duas categorias: aspectos positivos (Tabela 2) e aspectos negativos (Tabela 3). Os destaques para os aspectos positivos foram questões como: preservação, valorização da área, da espécie ameaçada de extinção, a promoção de geração e renda para população. Dentre as questões positivas, o **Turismo** foi bastante citado, chegando ao ponto de citar que a “Barra de Mamanguape ficou conhecida mundialmente, graças ao Projeto Peixe-Boi”. Quanto aos aspectos negativos foram: falta de comunicação dos gestores com a comunidade, conflito entre os pescadores com o peixe-boi, (pois destrói as redes de pesca), introdução de indivíduos advindos de outros lugares no estuário e a falta emprego, pois o projeto não emprega a maioria dos moradores. Essa insatisfação foi demonstrada inúmeras vezes pelos moradores, argumentando que gostariam de possuir um vínculo empregatício com o projeto, e que em outras administrações havia uma aproximação maior da comunidade com o mesmo, gerando, portanto, outras formas de renda:

“Agora parou, mas de primeiro fazia um trabalho ali no curral, convidava o povo, pagava umas diária ai pro povo ai agora parece que acabou dinheiro, nunca mais fizeram”.

Eles reconhecem que a atividade de **Turismo** pode gerar oportunidade de emprego e renda para a comunidade como um todo, mas que isso ocorre de forma sazonal, e que durante baixa temporada turística eles ficam sem muita opção, porque as visitas ao Projeto Peixe-boi são menos frequentes. Contudo, consideram tal atividade importante, principalmente para os “canoeiros da vez”, (pois existe um cronograma para cada canoieiro), que são pescadores responsáveis pelo transporte dos turistas até o cativeiro onde os peixes-boi em reabilitação se encontram. Para chegar lá os visitantes fazem um passeio pelo estuário onde podem ver o animal de perto, graças ao canoieiro que executa essa atividade. Depois do passeio as pessoas são direcionadas para o centro de visitação (Figura 4), onde assistem a um vídeo e uma breve palestra sobre a importância ecológica do animal por um guia-recepcionista, essa etapa funciona da seguinte maneira:

“O centro de visitação é assim: Tanto tem o ganho de R\$5,00 dos guias, o guia recepcionista dá a palestra, explica tudo, mostra a exposição e um vídeo de 6 min, e eles dividem com o canoieiro que leva o pessoal até lá”.

Segundo Pomeroy *et al.* (1997), Vieira (1998) e Berkes (1999) uma forma de resolver problemas ambientais em comunidades inseridas em uma Área de Proteção Ambiental é compreendendo os sistemas comunitários de gestão de recursos naturais, cujas soluções, dependem predominantemente, da sabedoria e das atividades da comunidade local onde o projeto está sendo desenvolvido, e estas comunidades devem ser protegidas dos impactos causados por instituições paternalistas que poderiam sufocar as habilidades de autogestão ao insistir no seu controle total. Ou seja, estas comunidades devem ser apenas orientadas e monitoradas em relação ao manejo ecológico dos recursos naturais disponíveis na área onde vivem. Assim, a gestão de recursos naturais nesta comunidade será fortalecida pela participação dos comunitários, sem esquecer que deve existir um certo grau de compatibilidade entre os participantes, baseada em respeito e confiança (SCHERER, 2003).

Através da inserção no projeto de conservação do peixe-boi marinho, os moradores da região de Barra de Mamanguape veem na ecologia mais que uma ação para defender o meio ambiente e a espécie ameaçada de extinção. Eles estão obtendo uma maneira de gerar emprego e renda por causa deste mamífero. Nesse contexto, a criação de áreas naturais preservadas destinadas a conservação de espécies marinhas pode fundamentalmente ser orientada e baseada por estudos científicos e pela análise minuciosa do conhecimento e das práticas tradicionais das comunidades locais. Mediante grande conhecimento do mundo natural, essas populações foram capazes de criar engenhosos sistemas de manejo da fauna e

da flora, protegendo, conservando e até potencializando a diversidade biológica (DIEGUES, 2001).



Figura 4: Centro de visitação do Projeto Peixe-boi. Foto: Heliene Mota, 2012.

ASPECTOS POSITIVOS DO PROJETO PEIXE-BOI		
Quanto à valorização do ambiente local	<i>“A Barra ficou conhecida mundialmente... a Barra de Mamanguape pelo projeto peixe-boi marinho! Foi o projeto peixe-boi marinho que propiciou isso”.</i>	<i>“Antes do Projeto a vila era pacata, sem energia, a casa das pessoas era onde ficam as canoas, casas de taipa e palha”.</i>
Turismo	<i>“Lado bom que ele tá trazendo alguma coisa boa para os pescadores né, para os canoeiros que trabalha lá, traz o turista o turista vem e eles ganha o dinheirinho”.</i>	<i>“Antes não existia turismo aqui, então o turismo foi criado depois da visita do animal”.</i>
Geração de renda	<i>“Eu vivia desempregada, pescando e tirando marisco, então apareceu essa oportunidade aqui pra mim fazer a faxina, assinaram minha carteira e eu tô aqui até hoje”.</i> <i>“Foi através dele que eu consegui muita coisa na minha vida, primeiramente o emprego”</i>	
Conservação	<i>“Preservação, que antes nós não tínhamos conhecimento do que era isso né, e para o bem da espécie também que antes eles tinham mais em quantidade, eles matavam como se fosse outro animal qualquer, outro peixe né”.</i>	

Tabela 2: Opinião dos entrevistados referente aos aspectos positivos do Projeto Peixe-boi em Barra de Mamanguape - 2012.

ASPECTOS NEGATIVOS DO PROJETO PEIXE-BOI
<i>“Antigamente a gente pegava uma tartaruga pra comer, um peixe-boi...agora quem for pegar vai morrer na cadeia”.</i>
<i>“Hoje aqui você não pode fazer praticamente nada por conta do PPB e a APA que é tudo coladinho e agora é um coisa só, então os pescadores que tiver condição pra colocar aqui uma barracazinha pra vender alguma coisa aqui ele não vai poder porque eles não deixam, essas barracas (refere-se as caixas dos pescadores) tiveram muitas discussões pra tá hoje aqui”</i>
<i>“Eu acho que o projeto teria assim de vez em quando fazer reuniões, pra comunidade participar mais, tá sabendo o que tá acontecendo, ser mais ativa”.</i>
<i>“O povo acha ruim porque não entende, porque os bicho são da natureza e a gente vai fazer o que? Às vezes é porque um peixe-boi fica perto de uma rede aí ficam com raiva porque tá empinando a pesqueira, mas a casa dele não é na maré?”.</i>
<i>“Aí no jornal diz assim: O projeto peixe-boi ajuda a comunidade, tem muita gente que trabalha... como quem diz assim, pra eles é como se fosse quase todo mundo empregado”.</i>
<i>“O lado ruim é que eles pegam o peixe boi lá e vem soltar aqui, pra empatar, que ele não deixa pescar, o lado ruim é esse, q ele fica ai solto no rio”.</i>

Tabela 3: Opinião dos entrevistados referente aos aspectos negativos do Projeto Peixe-boi em Barra de Mamanguape - 2012.

3.3. Relação da comunidade com o Projeto Peixe-Boi

Segundo Godelier (1973), inúmeros trabalhos, sobretudo de antropólogos tem demonstrado que o caráter destrutivo da relação homem-natureza depende das características e da racionalidade inerente às diversas formações sociais existentes. Desta maneira, buscou-se avaliar o Projeto através da percepção dos entrevistados, constatando-se por meio desta a relação dos indivíduos com o mesmo, conforme a distribuição percentual dos entrevistados 21% dos residentes consideram o Projeto Peixe-boi como nem sendo bom nem ruim para o

local (Figura 5). O que se observa na Barra de Mamanguape no presente momento é que o Projeto Peixe-boi apesar de apresentar a questão positiva demonstrada através de 50 % dos moradores entrevistados, também é visto com certo ar de insatisfação por 29% dos mesmos como demonstrado na citação abaixo:

“O projeto pra gente aqui da comunidade a gente trata eles bem e eles tratam a gente, mas a gente só acha mais ruim uma coisa, eles de vez de ajudarem mais um pouco a gente como antigamente”

Avaliação do Projeto Peixe-boi

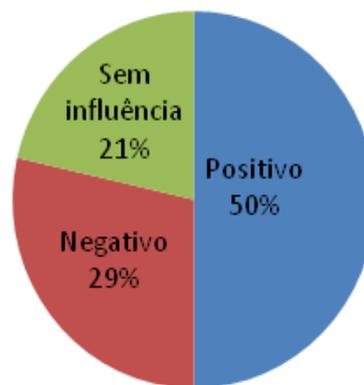


Figura 5: Avaliação do Projeto Peixe-boi na Barra de Mamanguape através da percepção dos moradores, (N=28). (Distribuição percentual).

Segundo a administração do Projeto Peixe-boi referindo-se aos moradores:

“Eles competem muito com o projeto peixe-boi, às vezes eles tem raiva do projeto, eu não sei muito bem o que é”.

Para Diegues (2000) os administradores de áreas naturais protegidas não devem pensar nos moradores das comunidades tradicionais como destruidores da vida selvagem e sim como possíveis colaboradores dos projetos de conservação. A conservação da natureza é mais bem alcançada através de integração e participação dos membros destas comunidades e estes tem sido responsáveis pela manutenção da diversidade biológica que os detentores do conhecimento científico tentam recuperar.

No entanto, várias constatações dos moradores demonstraram que:

“Antes eles faziam mais programas educativos sobre a conservação do animal, tinham mais essa consciência né, eles trabalhavam mais com a comunidade com os filhos dos pescadores”.

É evidente que existe uma falta de articulação entre os moradores e os gestores do Projeto Peixe-boi com essas afirmações. O fato de em outras administrações haver uma relação de aproximação maior com os moradores possivelmente gerou uma série de conflitos e determinada acomodação e dependência por parte da população, e na perspectiva dos moradores locais isso corresponde a efeitos negativos sobre a atuação do Projeto Peixe-boi. Nesse contexto, Pimbert e Pretty (2000) mostra que como poucos esforços são feitos para construir habilidades locais, interesses e capacidade, a população não tem compromisso de manter ou apoiar novas práticas quando esses incentivos deixam de existir.

Fica claro que políticas de aproximação com os moradores (Figura 6) devem ser repensadas, pois houveram várias demonstrações que o projeto realizava atividades socioculturais que há algum tempo deixaram de existir, como por exemplo: o **Forró do peixe-boi, a dança da Lapinha, o Time do peixe-boi e o Bloco do peixe-boi**. Segundo Diegues (1996) muitas pesquisas tem demonstrado que a diversidade biológica pode ser melhor conservada se aliada a proteção da diversidade sociocultural. Desta forma, percebe-se o quanto seria interessante buscar resgatar esses aspectos culturais dentro da comunidade para aproximar novamente os moradores do Projeto Peixe-boi, visto que um bom relacionamento contribui de maneira a aperfeiçoar, promover benefícios, reduzir as insatisfações geradas pelos impactos negativos das atividades e torná-los vinculados ao Projeto num sentido mais amplo. Também nesse contexto, Altieri apud Marques (1991), mostra que tanto a cultura humana molda sistemas biológicos como estes moldam a cultura humana. Perceber o ambiente é de grande importância para qualquer organismo, pois isto constitui-se no primeiro passo necessário para a aquisição de um comportamento modificador desse ambiente RIKLEFS in MARQUES (1991). Portanto, a percepção dos moradores sobre o Projeto Peixe-boi é importante para compreender como eles estão inseridos nas atividades, e desta forma buscar novos meios que unifiquem a relação dos mesmos.



Figura 6: Moradores da Barra de Mamanguape. Foto: Heliene Mota, 2012.

3.4. Percepção dos moradores quanto ao que é uma APA

A criação de Reserva, Estação Ecológica, Parques, Áreas de Proteção Ambiental, Reservas de Desenvolvimento Sustentável, Reservas Extrativistas, tem sido um dos principais elementos de estratégia para conservação da natureza, em particular nos países de Terceiro mundo. Segundo Diegues (2001), o objetivo dessas áreas naturais protegidas é proteger atributos ecológicos importantes. Quando perguntado ao morador se ele sabia, o que vinha a ser uma Área de Proteção Ambiental observou-se que:

“APA é área de proteção ambiental né, é um lugar onde você vive e tem algumas restrições, tem coisa que você não pode, mas é onde tem pesquisador e existe uma comunidade , então você tá ali pra proteger... tá ali pra cuidar né? Você não pode desmatar, sair desmatando”.

Segundo Kantek (2009), uma APA é uma região com qualidades ambientais relevantes à conservação, que apresenta certa ocupação humana pelo fato que o domínio da terra pode ser público ou privado, onde existe uma série de restrições quanto ao uso do solo e dos recursos naturais. Desta forma, o estabelecimento da APA significou para essas populações um aumento de restrições no uso dos recursos naturais que geram uma série de conflitos, e muitos desses conflitos envolvem definições. A maioria da população, quase que totalidade mesmo morando no local não sabe o que vem a ser uma Área de Proteção Ambiental, e isso motiva inúmeras especulações que na maioria das vezes apenas são questionadas frente a um grau de envolvimento maior no assunto, geralmente quando por intermédio de algum pesquisador, biólogos, antropólogos ou profissional que atua numa perspectiva socioambiental. Como pode ser visto na citação abaixo:

“APA é lugar para alojar os universitários, pesquisadores”.

Nesse caso, a moradora fez tal afirmação para explicar que é devido o prédio que aloja pesquisadores no local, atribuindo significado apenas ao espaço que hospeda os pesquisadores dentro da Área de Proteção ambiental da Barra de Mamanguape, nomeando-o como APA. Muitos outros residentes manifestaram tal opinião.

Alguns estudos realizados afirmam que, apesar de a região ser rica em recursos naturais, a população é muito pobre e há deficiência em termos de assistência médica, educacional, e de infra-estrutura de saneamento básico. Isto contribui para que estas populações apresentem um grande desconhecimento acerca de seus direitos e deveres como cidadãos e como habitantes de uma Área de Proteção Ambiental (MOURÃO, 2000). Além do mais, por falta de acesso a tais informações, distorcem o conceito e destoam a ideia do ambiente como um todo, limitando-se entre as restrições e ficando a margem dos direitos que apresentam no local.

Desta forma, percebe-se o quanto é necessário que as populações estejam integradas nesse processo de conhecimento, e que entendam de fato o que vem a ser uma APA e a representatividade que elas necessitam ter no local, inclusive na elaboração de um Plano de manejo. Como a APA foi criada na década de noventa e até hoje um plano de manejo não foi concebido, os moradores comentam que não sabem muitas vezes quais são seus direitos e deveres no local:

“Foi criada a APA, e eles não fez o Plano de manejo né, pra saber quais os direitos e deveres nosso e da APA, porque eles visam as normas deles, mas quando um morador nativo daqui quer fazer o que acha certo ou não certo né eles não autorizam”

Nesse contexto, Diegues (1996) afirma que as populações tradicionais tem um papel importante a ser desempenhado no êxito das áreas naturais protegidas na medida em que, desde a elaboração do plano de manejo essas comunidades possam participar efetivamente do planejamento e administração dos parques e reservas.

3.5. Conflitos entre os moradores e a Administração da APA e do Projeto Peixe Boi

Cunha (1992), referindo-se a estuário do rio Mamanguape na Paraíba, transformado em Área de Proteção Ambiental, afirma que nessa área estuarina implantou-se um Projeto de Proteção ao Peixe-Boi que, de início, não se preocupou em estudar a apropriação material e

simbólica desse mamífero pelas populações locais. Para os pescadores locais, esse mamífero é um ser mítico, do qual extraem vários tipos de medicamentos. Muito embora, isso não prevalecer mais hoje, pelo fato do Projeto Peixe-boi ter atribuído restrições com relação ao uso da espécie. Nessa área, também vivem populações indígenas que tampouco foram consultadas quanto à transformação da região em unidade de conservação. O estudo conclui que a melhor solução para aquelas comunidades de pescadores era a transformação da região em "reserva extrativista", garantindo assim a manutenção do modo de vida local, ameaçado, sobretudo pela expansão das grandes usinas de cana-de-açúcar.

Conforme Diegues (2001) existem várias pesquisas e estudos em várias regiões do Brasil que demonstram a inviabilidade de se constituírem unidades de proteção sem se levar em conta a existência da população de moradores. O que se percebe, é que os modelos de implementação de Unidades de Conservação são acompanhados de conflitos referentes à relação homem-natureza, e em praticamente todas as unidades existem problemas com os moradores, sobretudo quando eles continuam com suas práticas ancestrais de agricultura, artesanato e extrativismo.

Dentre os conflitos assinalados pela coordenadora do Projeto Peixe-boi sobressaíram-se aqueles quanto às atividades de turismo, pois geralmente em baixa temporada há uma redução do número de turistas que gerava uma série de conflitos internos, cuja gestora atribui a uma relação paternalista dentro da comunidade:

“Quando não vinha ninguém (turistas) aí colocavam a culpa na gente. Gente, é um trabalho de vocês, vocês tem que correr atrás, façam propaganda, se quiserem eu imprimo aqui uns panfletinhos, porque é o trabalho de vocês”

Para Vianna (2008), a relação entre os agentes implementadores das áreas protegidas e as populações locais tem sido conflituosa, pois o histórico de criação destas áreas descarta a participação da população local no processo de criação e implantação das mesmas. Nesse contexto, foi a partir da década de oitenta, que começou a surgir internacionalmente um interesse em incorporar as populações no manejo das áreas naturais protegidas nas quais elas habitam, e um amplo valor tem sido dado à perspectiva cultural, onde o conhecimento popular e os povos que o detém, antes considerados obstáculos ao desenvolvimento, passaram a ser considerados essenciais na elaboração dos planos de manejo (HANBURY-TENISON, 1991 *apud* PEDROSO-JÚNIOR, 2002). Diante das constatações, seria interessante adotar novas medidas de reintegração da população, em prol de amenizar muitos conflitos. A moradora

sugere uma alternativa para amenizar determinadas confusões geradas, o que confirma mais uma vez a importância do envolvimento das populações residentes nas atividades desempenhadas em unidades de conservação:

“Se comunicar mais com a comunidade, então acho que tem que sentarem os dois lados, pessoal do peixe-boi e APA fazer mais reunião né, tentar resolver mais os problemas, carência do povo, e explicar pro povo como é né? do que bater de frente com as pessoas aqui porque a APA não tá aqui pra fiscalizar? Mas às vezes num diz nem o que é a APA”

3.6. Percepção local sobre as Vantagens e Desvantagens de estar morando no interior de uma APA

A questão das áreas naturais protegidas carrega consigo uma série de problemas. Para Brito (2000) e Vianna (2008), as populações localizadas no interior e no entorno das áreas protegidas tem sido tratadas sem distinção e consideradas como “empecilhos” aos objetivos de conservação da natureza. De um modo geral, a Área de Proteção ambiental da Barra de Mamanguape é vista como vantagem pelos entrevistados nos casos apresentados na (Tabela 4) e como empecilho nas citações demonstradas através da (Tabela 5):

VANTAGENS DA APA

“ Preservação dos manguezais e da mata nativa”

“O caba matava passarinho, peixe- boi o povo matava ai em Camurupim mermo, Tramataia, depois da APA que chegou ai, pronto num mata mais”.

“Ah, antes da APA era uma bagunça minha fia eles pegavam todo tipo de caranguejo, destruía o mangue tirando madeira e a mata”

“Muitos num acha bom não mas pra mim eu acho bom porque se num fosse essa APA, aonde a gente tava morando? Porque isso aqui foi tudo loteado”.

“As pessoas faz uma casa não tem condição de comprar a madeira as pessoas pode tirar a madeira no mangue pra sua casa, não pra vender mas pra seu consumo”

“Negócio de tirar madeira pra vender, foi boa, porque se não tinha acabado, proibir foi bom”.

“Se não fosse essa APA já teria chegado grandes resorts pra cá, grandes hotéis, cheio de poluição, esgoto aí no nosso mar tudo poluído aí na nossa praia, taria horrível, tudo asfaltado, cheio de bandido a marginalidade toda pra cá, a nossa praia armada de barraca”

Tabela 4: Percepção dos moradores sobre as vantagens da Área de Proteção Ambiental (APA). 2012.

Moreira (2008) comenta que como as APA's, via de regra, são criadas em áreas já ocupadas, e a sua criação implica em regulação do uso e manuseio dos recursos naturais aí existentes, é comum o surgimento de conflitos de interesses entre os diversos grupos econômicos ali presentes. Diante dessa problemática, projetos de conservação de áreas naturais devem ter como base um estudo do estado inicial da área, em que sejam consideradas suas dimensões ecológicas, culturais, socioeconômicas, numa abordagem global e sistêmica, a fim de que se compreendam as relações existentes entre os diferentes componentes dos ecossistemas, inclusive o ser humano, associado à participação das populações locais na gestão de áreas protegidas (JESUS, 1993). Os entrevistados demonstraram se importar consideravelmente com aspectos voltados para se manter a preservação do local graças à implantação da APA. Nesta perspectiva, Scherer (2003) afirma que a gestão dos recursos naturais somente poderá ser implementada com a participação dos diferentes atores sociais (trabalhadores, membros de comunidades, associações, entre outros) que, direta ou indiretamente, atuam no processo de utilização dos recursos naturais.

Um tema pesquisado foram os tipos de conflitos existentes entre a administração do Projeto/ APA e os moradores. Conforme SILVA (2007), os principais conflitos identificados pelos moradores provém das restrições impositivas geradas pela legislação ambiental, uma vez que ela subjuga os saberes e práticas culturais das comunidades. Assim, na região de Barra de Mamanguape não se faz diferente, eles reclamam da mudança que ocorreu no seu modo de vida após a implementação da Área de Proteção Ambiental na região, reclamam ainda da falta de oportunidade de empregos no Projeto Peixe-boi, da carência na infraestrutura das estradas, das proibições quanto à criação de camarão alegando que antes era permitido, da utilização do barco a motor, da falta de comunicação com a comunidade, do fato do animal ficar preso no cativeiro, das inúmeras vezes que o peixe-boi destrói a rede do pescador, entre outros.

DESVANTAGENS DA APA

“Antigamente a gente pegava uma tartaruga pra comer, um peixe-boi, agora quem for pegar vai morrer na cadeia”.

“Porque num da o seguro do caranguejeiro pra eles num pegar esses mês”.

“Teve um tempo que até madeira seca eles tavam prendendo não tavam autorizando a um morador né”.

“A APA proíbe muita coisa né, antes dela chegar aqui nós tinha o mato aí pra botar um roçado, plantar um milho, jerimum”.

“Se eu fosse um turista, que tivesse condição de comprar um jet-ski, uma lanchona eu diria que teria o lado ruim porque tem as restrições de dar um passeio sei lá construir um hotel na beira-mar”.

“Antigamente o povo num tinha condição de comprar material pra fazer uma casa aí ia no mato cortava pau pra fazer uma casa... mas aí eles batem em cima e leva até preso”.

“Às vezes depende também da condução do pessoal que tá a frente da APA, então ela às vezes atrapalha e às vezes ajuda porque a gente não pode visar só a natureza e esquecer dos seres humano que tão aqui, que cresceram aqui, as crianças que estão aqui que precisam de sobreviver, tem uma cultura que não pode morrer, tem umas pessoas que precisam de trabalho, então a APA é muito grande porque ao mesmo tempo que tem que preservar tem que pensar numa forma de sobrevivência da comunidade local”.

Tabela 5: Percepção dos moradores sobre as desvantagens da Área de Proteção Ambiental (APA). 2012

As desvantagens percebidas geralmente são aquelas referentes a atividades que a Área de Proteção Ambiental restringiu a população devido a preocupação com o manguezal, ela tem que se preocupar com o estuário, com a pesca, com o ambiente, com aquele ecossistema completo. Segundo Berkes *et al.*, (2006) dependentes de recursos aquáticos nas suas atividades de pesca e extrativismo, as comunidades litorâneas passaram a explorar ambientes marinhos, estuarinos e dulcícolas de forma própria. É importante incentivar a pesca, a coleta, a agricultura e o artesanato de uma forma planejada contribuindo assim para a preservação da cultura desta comunidade em conjunto com os recursos naturais (DIEGUES, 1995). Nessa perspectiva, é bem comum que os moradores da Barra de Mamanguape e de outras

comunidades litorâneas adjacentes que apresentam a pesca como principal atividade de subsistência sintam-se desfavorecidos como quando citado por um morador logo abaixo:

“Priorizar um pouco a sobrevivência das pessoas sabe, a pesca tem cada dia ficando mais escassa, mais difícil sobreviver da pesca então a APA ela teria que pensar também em recursos porque daqui a pouco as pessoas vão querer matar, vão começar querer usar uma pesca mais predatória e tal porque tá difícil a pesca convencional que eles usavam tudo, daqui a pouco começam a usar outra pesca predatória como o arrastão que é usado em Lucena e tal, tá entendendo? Tô falando também se o cara não tem como comprar um bujão e ele tem 3 filhos pra dar de comer ele vai lá na mata cortar lenha, ele não tem como comprar madeira ele vai lá na mata cortar o pau pra fazer a casa dele, ele não vai ficar na rua, então a APA precisava ver isso”.

5. CONCLUSÃO

A conclusão sobre a percepção dos moradores a respeito das atividades do Projeto Peixe-Boi e da Área de Proteção Ambiental (APA), é que os gestores tenham a comunidade de Barra de Mamanguape como parceiros. É necessário que os moradores sejam convidados para participar das tomadas de decisões, pois há uma carência de diálogo entre gestores e moradores. Assim, para obter sucesso nos projetos de conservação é necessário que os gestores compartilhem com os moradores deveres, direitos e responsabilidades. Se a comunidade local não estiver inserida e não houver por parte da mesma um envolvimento, o desenvolvimento do local estará fadado ao fracasso, pois os moradores podem rejeitar as atividades e desencadear uma série de problemas, afetando diretamente o desenvolvimento da área. O conhecimento dos impactos que o Projeto Peixe-Boi trouxe para a comunidade local tanto por parte dos moradores quanto por parte dos gestores, é fundamental para o sucesso de qualquer plano de desenvolvimento posterior.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABARKELI, S. **A Critique of Development and Conservation Policies in Environmentally Sensitive Regions in Brazil.** *Geoforum* v. 32, p. 551-565. 2001.
- ALBUQUERQUE, C.; MARCOVALDI, G. M. **Ocorrência e distribuição do peixe-boi marinho no litoral brasileiro** (SIRENIA, Trichechidae, *Trichechus manatus*, Linnaeus, 1758). In: Simpósio Internacional Sobre a Utilização de Ecossistemas Costeiros: Planejamento, Poluição e Produtividade 1, 1982. Rio Grande: Resumos, , p.27. 1982.
- BAILEY, K. D. **Methods of social research.** New York, USA: McMillan Publishers, The Free Press, 553p.1982.
- BERKES, F. J. GOLDING, and C. Folke. **Rediscovery of traditional ecological knowledge as adaptive management.** In.: Beijer Discussion Paper Series, 109. Estocolmo: The Beijer Institute of Ecological Economics, 25 p. 1997.
- BERKES, F. **Twenty-five years in community-based coastal resources management.** *Out of the shell*, v. 7, n. 2, p. 5-7, 1999.
- BERKES, F.; MAHON, R.; MCCONNEY, P.; POLLNAC, R.; POMEROY, R. **Gestão da pesca de pequena escala - Diretrizes e métodos alternativos.** Editora: FURG, Rio Grande, Brasil. . 2006. 360p.
- BEST, R. C. **A salvação de uma espécie: Novas perspectivas para o peixe-boi da Amazônia.** *Revista IBM*, n. 14. P. 1-9. 1982.
- BEZERRA, M. C. L. e MUNHOZ, T. M. (coordenação-geral). **Gestão dos recursos naturais: subsídios à elaboração da Agenda 21 brasileira.** Brasília: IBAMA; Consórcio TC/BR/FUNATURA, 2000. 200 p.
- BOROBIA, M.; LODI, L. **Recent observations and records of the West Indian Manatee *Trichechus manatus* in northeastern Brazil.** *Biological Conservation*, v. 59, p. 37-43. 1992.
- BRITO, M. C. W. **Unidades de Conservação – Intenções e Resultados.** São Paulo: Fapesp, Anablume editora, 230p. 2003
- BUTZKE, I. C. **Percepção ambiental e educação ambiental.** Apostila. Blumenau. 1997. 5 p.
- CARVALHO, M. G. **Estado da Paraíba, classificação geomorfológica.** João Pessoa. Ed. Universitária - UFPB, 1982.
- CORTEZ, C. S. **Conhecimento Ecológico Local, Técnicas de Pesca e Uso dos Recursos Pesqueiros em Comunidades da Área de Proteção Ambiental Barra do Rio Mamanguape, Paraíba, Brasil.** (Dissertação em Desenvolvimento e Meio Ambiente).90p. 2010.

COUTO, E. C. G.; SILVEIRA, F. L.; ROCHA, G. R. A. **Marine biodiversity in Brazil: the current status**. *Gayana*, v. 2, n. 67, p. 327-340, 2003.

CUNHA, L. **Reserva extrativista para regiões de mangue: uma proposta preliminar para o estuário de Mamanguape (Paraíba)**. São Paulo: NUPAUB-USP. 1992.

DEUTSCH, C. J.; SELF-SULLIVAN, C.; MIGNUCCI-GIANNONI, A. *Trichechus manatus*, 2008. In: **IUCN 2011**. IUCN Lista Vermelha de Espécies Ameaçadas. Versão 2011,2. Disponível em: <www.iucnredlist.org>. Acesso em: 07 de maio de 2012

DIEGUES, A. C. S. **Povos e mares: leituras em sócio antropologia marítima**. São Paulo: NUPAUB/USP, 1995.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

DIEGUES, A. C. **Commons and protected areas in Brazil**. In: CONFERENCE OF THE INTERNATIONAL ASSOCIATION FOR THE STUDY OF COMMON PROPERTY: CONSTITUTING THE COMMONS; CRAFTING COMMONS IN THE NEW MILLENNIUM, 8vo, May 31-June 4. Bloomington, Indiana. 16p. 2000.

DIEGUES, A. C. S. **Ecologia Humana e Planejamento Costeiro**. 2. ed. São Paulo: NUPAUB, 225p. 2001.

FARIA, H. H. **Avaliação da Efetividade do Manejo de Unidades de Conservação: Como Proceder?** In: ANAIS DO CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. Curitiba, Brasil. Universidade Livre do Meio Ambiente. p. 478-499. 1997.

FEENY, D. BERKES, F.; MCCAy, B. J.; ACHESON, J. M. **A tragédia dos comuns: Vinte e dois anos depois**. In: DIEGUES, A. C. e MOREIRA, A. C. C. (orgs.). *Espaços e recursos naturais de uso comum*. São Paulo: NUPAUB-USP, p. 17-42. 2001.

FERREIRA, A. R. **Memória sobre o Peixe-boi e do uso que lhe dão no Estado do Grão Pará**. *Arch. Mus. Nac.* Rio de Janeiro, v. 12. p. 169-174.1903.

FISHER, A.; YOUNG, J. C. **Understanding mental constructs of biodiversity: Implications for biodiversity management and conservation**. *Biological Conservation* v. 1, n. 36, p. 271 – 282. 2007.

GODELIER, M: **Horizons, trapets marxistes en anthropologie**. Paris: Maspero; 1973.

ICMBIO. **Centro de Mamíferos Aquáticos**. Disponível em: <www.icmbio.org.br>. Acesso em: 06 jun. 2012

JESUS, T. P. **Caracterização perceptiva da Estação ecológica de Jataí (Luiz Antônio, SP) por diferentes grupos sócio-culturais de interação.** Tese de Doutorado, PPG - ERN, UFSCar, São Carlos. 337p. 1993.

JOHANNES, R. E.; FREEMAN, M. M. M.; HAMILTON, R. J. **Ignore fishers' knowledge and miss the boat.** *Fish and Fisheries*, Oxford v. 1, p. 257–271. 2000.

KANTEK, R. T; SAUTTER. K. D; MICHALISZYN, M. S; **Impactos ambientais na área de proteção ambiental (APA) de Guaratuba, Paraná, Brasil, sob o ponto de vista de moradores tradicionais.** *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, v. 21, n.2, p. 39-56, 2009.

LIMA, R. P. **Peixe-boi marinho (*Trichechus manatus*): Distribuição, status de conservação e aspectos tradicionais ao longo do litoral nordeste do Brasil.** Recife, 1997. 81f.

LUNA, F. O. **Distribuição, status de conservação e aspectos tradicionais do peixe-boi marinho (*Trichechus manatus manatus*) no litoral norte do Brasil.** Dissertação de Pós-Graduação em Oceanografia - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 122 p., 2001.

MACHADO, A. B. M.; DRUMMOND, G. M., PAGLIA, A. P. (Eds.). **Livro Vermelho da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção.** Brasília, DF: MMA. 1420p. 2008.

MMA **Áreas Protegidas do Brasil.** Disponível em <<http://mma.gov.br/port/sbf/dap/indexapb.html>>. Acesso em: 02 jan. 2003.

MARQUES, J. **Aspectos ecológicos da etnoictiologia dos pescadores do complexo estuarino-lagunar Mundaú-Manguaba Alagoas.** Tese de Doutorado, Campinas. 1991.

MILANO, M. S. **Mitos no manejo de unidades de conservação no Brasil, ou a verdadeira ameaça.** Anais do Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, Campo Grande, Brasil, v.1, p.11-25, 2000.

MOREIRA, J. F. **Legislação ambiental e conflitos sócio-ambientais: o caso da atividade de carcinicultura na APA da Barra do Rio Mamanguape - PB.** João Pessoa, UFPB 2008.

MOURÃO, J. S. **Classificação e ecologia dos peixes estuarinos por pescadores do estuário do Rio Mamanguape – PB.** Tese, Doutorado em Ecologia e Recursos Naturais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos - SP, 2000. 132p.

MOURÃO. J. S.; NORDI, N. **Comparação entre as taxonomia folk e científica para peixes do estuário do Rio Mamanguape, Paraíba, Brasil.** *Interciência* v. 27, p. 664-668, 2002.

MONTENEGRO, S.C.S.A.; **A conexão homem/camarão (*Macrobrachium acanthurus* e *M. carcinus*) no baixo São Francisco Alagoano.** Tese de doutorado. São Carlos, SP: Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, 2002, p. 43-49.

OLIVEIRA, J. C. C. **Zoneamento ambiental da APA da Barra do Rio Mamanguape e de seu entorno, Estado da Paraíba, Brasil.** Dissertação, Mestrado em Gerenciamento

Ambiental, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 119p. 2003.

PALUDO, D. **Estudos sobre a ecologia e conservação do peixe-boi marinho (*Trichechus manatus manatus*) no nordeste do Brasil.** Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1997. 94 p.

PALUDO, D.; KLONOWSKI, V. S. **Barra de Mamanguape – PB: estudo do impacto do uso de madeira de manguezal pela população extrativista e da possibilidade de reflorestamento e manejo dos recursos madeireiros.** Série Cadernos da Reserva da Biosfera da mata Atlântica. São Paulo: MAB – UNESCO – MMA, n. 16, 54 p. 1999.

PEDROSO JUNIOR, N. N. **Etnoecologia e Conservação em Áreas Naturais Protegidas: incorporando o saber local na manutenção do Parque Nacional do Superagüi.** Dissertação, Mestrado em Ecologia e Recursos Naturais, Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos - SP. 2002.

PIMBERT, M. P.; PRETTY, J. N. **Parques, comunidades e profissionais: Incluindo “participação” no Manejo de Áreas Protegidas.** In: DIEGUES, A. C. S. (Ed.). **Etnoconservação: Novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos.** São Paulo: Ed. Hucitec,. p. 185-223. 2000.

POMEROY, R. S. et al. **Evaluating factors contributing to the success of community-based coastal resource management: the Central Visayas Regional Project-1, Philippines.** *Oceans & Coastal Management*, v. 36, n.1-3, p. 97-120, 1997.

RODRIGUES, G. S.; ANTUNES, L. R. **Avaliação de impactos ambientais para gestão da APA da Barra do Rio Mamanguape (PB).** In: Geraldo Stachetti Rodrigues; Cláudio C de A Buschinelli; Izilda Aparecida Rodrigues; Mary Carla Marcon Neves. (Org.). **Avaliação de Impactos Ambientais para Gestão da APA da Barra do Rio Mamanguape (PB).** Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, v. 1, 2005.

ROCHA, J. MEC – **A implantação da educação ambiental no Brasil.** Coordenação de Educação Ambiental, Brasília. Entrevista, p. 86-87. 1998.

SCHERER, V. N. **Estudo sobre o envolvimento da comunidade de pescadores tradicionais de Regência (ES) as atividades de educação ambiental pelo Projeto Tamar.** Monografia (Bacharelado em Engenharia Ambiental) - Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí. 20p. 2003

SILVA, K. G.; PALUDO, D.; OLIVEIRA, E. M. A.; LIMA, R. P.; SOAVINSKI, R. J. **Distribuição e ocorrência do peixe-boi marinho (*Trichechus manatus*) no estuário do rio Mamanguape, Paraíba – Brasil.** Periódico Peixe-boi/ IBAMA – FMM, v. 1. n. 1. p. 06-18, 1992.

SILVA, F. O. **Conhecimento tradicional e etnoconservação de cetáceos em comunidades caiçaras do município de Cananeia, litoral sul de São Paulo, Piracicaba, 2007.**

SILVANO, R. A. M.; VALBO-JORGENSEN, J. **Beyond fishermen's tales: contributions of fishers' local ecological knowledge to fish ecology and fisheries management.** Environment, Development and Sustainability, London, 10: 657–675, 2008.

TAMAR; ICMbio; Instituto Baleia jubarte. Disponível em:<www.tamar.org.br e www.icmbio.org.br; www.golfinhorotador.org.br; <http://www.baleiajubarte.org.br/>> acesso em: 8 de junho de 2012

SOAVINSKI, R. J.; OLIVEIRA, E. M. **Projeto Peixe-boi Marinho – Relatório final.** João Pessoa, Paraíba. Convênio FUNAPE/IBDF. 1988.

VIANA, V. M. **Envolvimento sustentável e conservação das florestas brasileiras.** In: DIEGUES, A. C. e VIANA, V. M. Comunidades tradicionais e manejo dos recursos naturais da Mata Atlântica. São Paulo: NUPAUB-USP, 2000. p. 23-26.

VIANNA, L. P. **Conflitos entre populações humanas em Unidades de Conservação em Mata Atlântica.** Relatório de pesquisa. São Paulo: NUPAUB-USP, 1994. 425p.

VIANNA, L. P. **De invisíveis a protagonistas: populações tradicionais e unidades de conservação.** São Paulo: Annablume - Fapesp. 2008.

VIEIRA, P. F. **Gestão patrimonial de recursos naturais: construindo o ecodesenvolvimento em regiões litorâneas.** In: CAVALCANTI, C. (org.). Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez, 1998. p. 293-322.

WELLS, M.; BRANDON, K. E. **People and parks: linking protected area management with local communities.** v. 21. The World Bank, Washington, USA, 1992. 332p.

ZAMPIERON, S.L.M.; FAGIONATO, S.; RUFFINO, P.H.P. Ambiente, Representação Social e Percepção. In: Schiel, D. et al. (orgs./eds.) **O estudo de bacias hidrográficas: uma estratégia para educação ambiental.** São Carlos: Ed. RiMa. 2ª ed. 2003.